



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 38/2021/COPOC/DETC/SUPERINTENDENTE/SUSEP

TERMO DE REFERÊNCIA DETIC Nº 12/2021**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Renovação da subscrição das licenças do Adobe Creative Cloud for Teams All Apps e do Adobe Stock for Teams, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

Renovação da subscrição, pelo período de 12 (doze) meses, de 4 (quatro) licenças do Adobe Creative Cloud for Teams All Apps e 1 (uma) licença do Adobe Stock for Teams para 40 (quarenta) ativos por mês incluso no contrato.

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

Id	Descrição	CATSER	Qtde	Unidade de medida	Valor Unit. Máximo	Valor Total Máximo (R\$)
1	Adobe Creative Cloud for Teams All Apps (Licença de uso online por 12 meses)	27502	4	Licença	R\$ 4.687,50	R\$ 18.750,00
2	Adobe Stock for Teams (Licença de uso online por 12 meses)	27502	1	Licença	R\$ 5.589,90	R\$ 5.589,90
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 24.339,90

2.2. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, com início em 03/01/2022, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, com base no artigo 57, IV, da Lei nº 8.666/1993.

2.4. Para aceitação da proposta da licitante detentora do melhor preço será efetuada consulta ao sítio eletrônico do fabricante ADOBE na seguinte URL: <https://adobedealreg.secure.force.com/PartnerSearch?lang=en>, com vista a comprovar a certificação em Especialização em Governo.

2.5. Esta licitação é **exclusiva** para revendas autorizadas da Adobe com certificação em especialização do Governo.

2.5.1. MEIs, EPPs ou Microempresas são inelegíveis, tal qual explicitado no item 15.3.2.3.

3. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação**

A Renovação da subscrição das licenças do Adobe Creative Cloud for Teams All Apps e do Adobe Stock for Teams encontra alinhamento estratégico nas iniciativas previstas para continuidade das ações de comunicação da Susep.

A ASCOM (Assessoria de Comunicação) é responsável por ações de comunicação interna com os servidores da Susep e de divulgação institucional externa, tais como produção de material para publicações no site da Susep e nas mídias sociais, e-mails para comunicação interna e externa, relatórios, criação de vídeos institucionais e outros, com o objetivo de facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços prestados pela Susep e pelo mercado supervisionado. Para atingir esses propósitos, é necessário que a equipe da ASCOM utilize softwares específicos para editoração de textos e edição de imagens e vídeos.

Os softwares do pacote "Adobe Creative Cloud para equipes" permitem edição de imagens e fotos (Photoshop), ilustrações vetoriais (Illustrator), diagramação de publicações impressas, cartazes e outras peças gráficas com qualidade profissional (InDesign), edição e montagem de vídeos e vinhetas (Premiere), criação de vinhetas e efeitos audiovisuais (After Effects), edição e conversão de documentos para PDF (Acrobat) e diversos outros programas que oferecem recursos mais avançados que os softwares de empresas concorrentes ou softwares gratuitos.

Os softwares da Adobe são os mais utilizados no mercado atualmente, e a subscrição dos produtos em pacote permite economia em relação ao preço pago pelos softwares individualmente, segundo informação disponível no site do fabricante.

Em 2019 a ASCOM testou a utilização de softwares gratuitos de edição de imagens (Gimp e Inkscape), percebendo que eles não trazem as mesmas funcionalidades e facilidades dos softwares do pacote Adobe, gerando, muitas vezes, dificuldades adicionais para conversão e transmissão de arquivos. Vale ressaltar que há gráficas que não trabalham com arquivos de softwares abertos, exigindo extensões de softwares da Adobe.

Além disso, a equipe da ASCOM necessita do recurso de imagens com alta qualidade, que possam ser utilizadas em suas peças de comunicação - o que não é suprido por bancos de imagens gratuitos, que são bastante limitados, diminuindo as possibilidades de criação da equipe.

Por fim, no ano de 2020 foi realizada a aquisição da subscrição das licenças Adobe por meio do processo 15414.618347/2020-71, quando a ASCOM passou a utilizar imagens do Adobe Stock (banco de imagens da Adobe), que trouxe resultados mais adequados para atender as necessidades da Susep.

Desta forma, para manter a continuidade da qualidade do trabalho que vem sendo realizado, a ASCOM solicita a renovação da subscrição das licenças do pacote Adobe Creative Cloud e de licença do Adobe Stock - o banco de imagens da Adobe.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
1	Aprimorar a gestão de dados e informações. (PEI-SUSEP 2020/2023)
2	Prover soluções inovadoras de TIC por meio da transformação digital. (PEI-SUSEP 2020/2023)

ALINHAMENTO AO PDTIC 2021			
ID	Ação do PDTIC	ID	Necessidade do PDTIC associada
A155	Renovação de subscrição de "Adobe Cloud" por 12 meses.	N29	Adquirir ou renovar licenças de software necessárias a Susep.

ALINHAMENTO AO PAC 2021	
Item	Descrição
189	SOFTWARE COMO SERVICO - SAAS (Subscrição de licenças de software)

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. A estimativa das quantidades das licenças a serem Contratadas é:

Licença	Quantidade	Justificativa
Adobe Creative Cloud for Teams All Apps	4	Em continuidade à subscrição das licenças contratadas conforme o processo 15414.618347/2020-71.
Adobe Stock for Teams	1	

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

Não haverá o parcelamento da solução, pois as licenças deverão ser fornecidas conjuntamente, já que é necessário o fornecimento simultâneo. Na hipótese de se permitir o parcelamento das licenças, os fornecimentos poderiam ocorrer em momentos distintos, comprometendo o caráter monolítico da solução.

Quanto ao aspecto tempo, as licenças possuem prazo certo de vigência e eventual desencontro no fornecimento traria prejuízo à Autarquia, pois a solução concebida só é efetiva quando todas as licenças estão ativas.

Ademais, quando da prorrogação, um dos fornecedores poderia não concordar, levantando a necessidade de licitação para o respectivo objeto, levantando ainda mais riscos de se ter disponível apenas uma licença, e não outra.

Dessa forma, o fornecimento de ambas as licenças por uma única empresa afasta o risco de a disponibilidade de ambas as licenças se desacoplar no tempo, preservando a efetividade da solução.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1. Com a contratação, espera-se o alcance dos seguintes benefícios:

- Seleção de imagens adequadas para as notícias do site da Susep, para a Intranet e para comunicados internos e externos.
- Edição de fotos e vídeos para divulgações internas e externas.
- Melhor qualidade das imagens na publicidade das comunicações ao público interno e externo.
- Modernização na apresentação dos trabalhos da Susep.

3.6. Classificação dos Bens Comuns

3.6.1. O objeto a ser adquirido por meio do presente Termo de Referência possui NATUREZA COMUM, ou seja, a caracterização do objeto aqui tratado está em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de negócio:

- 4.1.1. 04 (quatro) Licenças Governamental do **Adobe Creative Cloud for teams**, Multi Plataforma, Multi linguagem por download com suporte técnico é um modelo de licenciamento por assinatura, no qual o cliente adota o modelo de software na nuvem e tem acesso aos produtos.
- 4.1.2. 01 (uma) Licença Governamental do **Adobe Stock**, com download de 40 ativos por mês e suporte técnico.
- 4.1.3. Modalidade de contratação: assinatura.
- 4.1.4. Prazo da subscrição: 12 (doze) meses, contados de data a ser indicada pela Susep na Ordem de Serviço ou instrumento congênere.
- 4.1.5. Número do VIP da Susep: 426C57D2A2E567663FAA

4.2. Especificação das licenças:

4.2.1. 04 (quatro) Licenças Governamental por 12 meses (01 ano) do **Adobe Creative Cloud for teams**, Multi Plataforma, Multi linguagem por download com suporte técnico é um modelo de licenciamento por assinatura, no qual o cliente adota o modelo de software na nuvem e tem acesso aos produtos.

4.2.1.1. O Adobe Creative Cloud for teams inclui as ferramentas de criação, que permitem a criação de layouts de páginas envolventes para impressão ou distribuição digital. Com as ferramentas, é possível a criação de tipografias e designs de páginas para livros, folhetos, revistas digitais, e etc.

4.2.1.2. O Adobe Creative Cloud for Teams (assinatura pelo período de 12 meses) contém os seguintes aplicativos:

- Acrobat Pro
- Photoshop
- Illustrator
- InDesign
- Premiere Pro
- After Effects
- Lightroom
- XD
- Animate
- Lightroom Classic
- Dreamweaver
- Dimension
- Audition
- InCopy
- Character Animator
- Capture
- Fresco
- Bridge
- Premiere Rush
- Photoshop Express

- Photoshop Camera
- Media Encoder
- Aero
- Lightroom Web
- Scan
- Fill & Sign
- Acrobat Reader

4.2.1.3. Recursos a serem oferecidos junto com as licenças:

- Ferramentas de administração centralizada: Funcionalidade de implantar aplicativos e gerenciar produtos e usuários com o Admin Console online.
- Suporte técnico: Disponibilidade de suporte técnico do fabricante por 24 horas por 7 dias na semana.
- Bibliotecas da Creative Cloud: Permitir que a equipe possa compartilhar ativos entre aplicativos e dispositivos e continuar sincronizada.
- Publicações de trabalho ilimitadas no Adobe Talent.
- Integração com aplicativos populares: Permitir a integração com o Microsoft Teams e outros aplicativos de produtividade.
- Armazenamento: 1 TB de armazenamento na nuvem por usuário, sendo para os aplicativos individuais Acrobat Pro, Lightroom e InCopy a inclusão de 100 GB de armazenamento.

4.2.2. 01 (uma) Licença Governamental do **Adobe Stock**, com download de 40 ativos por mês, com suporte técnico.

- 4.2.2.1. Download de até 40 (quarenta) ativos padrão por mês;
- 4.2.2.2. Suporte técnico: Disponibilidade de suporte técnico do fabricante por 24 horas por 7 dias na semana;
- 4.2.2.3. Os ativos padrão devem incluir fotos de alta resolução, vetores, ilustrações e faixas de música, incluir licenciamento isento de royalties e permitir o uso imediato após o download;
- 4.2.2.4. Permitir a pesquisa por imagem e por estética para encontrar o ativo desejado.

4.3. **Requisitos de versão:**

- 4.3.1. As licenças deverão ser da versão correspondente à última build disponibilizada pela fabricante do software.

4.4. **Requisitos Legais:**

- 4.4.1. As licenças deverão ser genuínas em atendimento à Lei 9.609/98.
- 4.4.2. A contratação estará de acordo com a Lei nº 8.666/93, Decreto nº 10.024 de 20/09/19, Lei nº 10.520/2002, IN nº 01 SGD/ME de 04/04/2019 e suas alterações, e IN nº 05 SEGES/MPOG de 26/05/2017.

4.5. **Requisitos de Manutenção:**

- 4.5.1. O fabricante do *software* deverá disponibilizar à Susep novas versões e *patches* de correção e/ou atualização sempre que disponibilizados ao mercado, enquanto estiver vigente a licença.
- 4.5.2. A Contratada deverá disponibilizar mecanismos de manutenção e atualização da ferramenta sem custo adicional, durante a vigência das licenças.

4.6. **Requisitos Temporais:**

- 4.6.1. As licenças serão fornecidas por um período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogadas na forma da lei por períodos iguais e sucessivos até o limite de 48 meses, com base no artigo 57, IV, da Lei nº 8.666/1993..
- 4.6.2. A Susep apresentará à Contratada, Ordem de Serviço ou instrumento congênere incluindo todas as licenças de *software* objeto desta contratação (item 4.1).
- 4.6.3. Entrega das licenças em até 15 (quinze) dias a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.
- 4.6.3.1. O prazo poderá ser estendido mediante justificativa a ser acatada a critério da Susep.

4.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:**

- 4.7.1. As licenças de software deverão estar no idioma “pt-br”, ou, não sendo possível, obrigatoriamente em inglês.

4.8. **Requisitos do fornecedor da solução:**

- 4.8.1. A contratada deve disponibilizar os *softwares* que atendam a necessidade da contratação, além de ser representante autorizado e certificado pela Adobe.

4.9. **Restrição de preço**

- 4.9.1. Os preços desta contratação estarão limitados àqueles constantes do respectivo Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas ADOBE - Versão 2.0.0, a que se refere a IN nº 01/2019 SGD art 2º, inc. XXVI.
 - 4.9.1.1. A referida limitação de preço se aplicará apenas nos casos em que a licença ofertada pela licitante constar do Catálogo que compõe a Lista de produtos e serviços.
- 4.9.2. O teor do mencionado acordo está disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-produtos-e-servicos-adobe-1.pdf>
- 4.9.3. Tais restrições estão de acordo com a IN nº 01/2019 SGD/ME, art 9º §7º; art 27; e art 39-A, §1º.
- 4.9.4. Tal restrição se aplicará às Licenças Governamental do **Adobe Creative Cloud for Teams**:
 - 4.9.4.1. Item: AD-004
 - 4.9.4.2. Categoria: Edição de imagens, vídeo, criação de página web e documentação digital
 - 4.9.4.3. Descrição: Adobe Creative Cloud – VIP Governamental – 12 meses
 - 4.9.4.4. Modelo de Licenciamento: Subscrição
 - 4.9.4.5. Tipo de Modelo de Licenciamento: VIP Teams – Governamental
 - 4.9.4.6. Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC): **R\$ 4.687,50**

4.10. **Entrega das licenças:**

- 4.10.1. O prazo máximo para disponibilização das licenças será de 15 (quinze) dias corridos contados da emissão da Nota de Empenho;
- 4.10.2. Em caso de disponibilização em mídia física, o produto deverá ser entregue, em horário comercial (8h às 18h), no edifício sede da Susep – Superintendência de Seguros Privados, mediante agendamento prévio, pelo e-mail imprensa.rj@susep.gov.br.
- 4.10.3. Observadas as condições e prazos constantes deste Termo de Referência, o recebimento das licenças será realizado de acordo com o art. 73 da Lei 8.666/93 e o art. 33 da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 2019, nos seguintes termos:
- 4.10.3.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade da solução com a especificação técnica do Termo de Referência, por emissão do Termo de Recebimento Provisório;
- 4.10.3.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e desempenho da solução entregue e consequente aceitação, no prazo de até 10 (dez) dias, por emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.10.4. Após o recebimento definitivo das licenças, a contratada será comunicada para que emita a Nota Fiscal/Fatura.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da Contratante

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou instrumento congênere, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, e inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 5.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade das licenças recebidas provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.10. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.11. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. Deveres e responsabilidades da Contratada

- 5.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 5.2.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 5.2.1.2. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à Contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a Contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.1.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.1.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.2.1.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 5.2.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.2.1.8. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.2.1.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.2.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.2.1.11. Executar o objeto do certame em estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 5.2.1.12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da Contratante.
- 5.2.1.13. Não fazer uso das informações prestadas pela Contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.
- 5.2.1.14. Garantir que as licenças fornecidas sejam disponibilizadas para a Susep no ambiente Adobe.
- 5.2.1.15. Realizar o cadastro dos signatários e do preposto no sistema de processos da Susep - SEI.
- 5.2.1.16. Designar funcionário com a devida qualificação para executar as atividades de entrega das licenças.
- 5.2.1.17. Comprovar, em até 05 (cinco) dias úteis após a homologação da licitação, fazer parte do quadro de Revendedores Oficiais Adobe, através da apresentação da certificação "Especialização em Governo", expedida pela desenvolvedora dos *softwares*, vide o item 15.3.2.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

6.1.1. A execução do objeto, que será detalhada nos próximos itens, seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1.1. *Assinatura do contrato e apresentação da garantia contratual;*
- 6.1.1.2. *Reunião inicial;*
- 6.1.1.3. *Fiscalização da execução;*
- 6.1.1.4. *Procedimentos de pagamento.*

6.2. A assinatura do contrato e a apresentação da garantia contratual

- 6.2.1. A Susep convoca a Contratada para assinatura do contrato;
- 6.2.2. A Contratada assina o contrato na forma indicada pela Susep;
- 6.2.3. A Contratada apresenta a garantia contratual conforme item 11 deste Termo de Referência.

6.3. Reunião inicial

- 6.3.1. Após a assinatura do contrato, a Contratada será convidada para a reunião inicial. Na ocasião:
- 6.3.2. A Contratada apresentará o seu preposto.
- 6.3.3. A Contratante esclarece detalhes da execução e fiscalização do objeto.
- 6.3.4. A Contratante entrega as Ordens de Serviço para a Contratada, informando a data de início da vigência das subscrições.
- 6.3.5. A Contratante lavrará ata da reunião inicial, que deverá ser assinada pelos participantes, através do sistema de processos da Susep (SEI).
- 6.3.6. O preposto e os signatários do contrato deverão providenciar seu cadastro no sistema de processos da Susep, para fins de assinatura de documentos (usuário externo do SEI, ou outro que vier a substituí-lo).
- 6.3.7. O Fiscal Técnico deverá verificar a assinatura de todos os signatários previstos para a ata da reunião inicial.

6.4. Fiscalização da Execução

- 6.4.1. A Contratada disponibiliza as licenças conforme discriminado nas Ordens de Serviço e neste Termo de Referência.
- 6.4.2. A Equipe de fiscalização acompanha a execução zelando pela fiel observância à Ordem de Serviço ou instrumento congênere e a este Termo de Referência, atuando no processo as observações pertinentes.
- 6.4.3. A Contratada deverá observar o prazo de entrega das licenças fixado no item 4.10.
- 6.4.4. Os procedimentos de entrega deverão incluir todo o disposto no item 4 (Especificação dos Requisitos da Contratação).
- 6.4.5. Os procedimentos de entrega que incluírem acesso ao ambiente de TIC da Susep serão acompanhados por fiscal designado da Susep.
- 6.4.6. A Contratada deverá apresentar evidências documentais da disponibilização das licenças de *software* objeto deste Termo no ambiente da Susep.

6.5. Procedimentos de pagamento

- 6.5.1. A execução transcorrerá na forma do item 7.5.

6.6. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

Id	Descrição	Qtde	Unid.
1	Adobe Creative Cloud for Teams All Apps (Licença de uso online por 12 meses)	4	Licença
2	Adobe Stock for Teams (Licença de uso online por 12 meses)	1	Licença

6.7. Mecanismos formais de comunicação

- 6.7.1. A Susep emitirá Ordem de Serviço ou instrumento congênere das licenças para formalização do pedido.
- 6.7.2. As demais comunicações se darão por e-mail, telefone, carta ou ofício.

6.8. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 6.8.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Atores da gestão do contrato

PARTE	PAPÉIS	RESPONSABILIDADES
Contratante	Gestor	<ul style="list-style-type: none"> Participar da reunião inicial; Encaminhar Ordens de Serviço juntamente com o fiscal requisitante; Acompanhar a entrega da licença em nível gerencial; Atestar o recebimento das licenças da nota fiscal; Assinar o Termo de Recebimento Definitivo; Organizar reuniões de gestão do contrato; Encaminhamento de indicação de sanções à área administrativa, quando houver; Encaminhamento de pedidos de alteração contratual ao setor competente, quando houver; Encaminhar justificativa para aditamento contratual ao setor competente se julgado conveniente e oportuno; Manutenção do histórico do gerenciamento do contrato.
	Fiscal Técnico	<ul style="list-style-type: none"> Participar da reunião inicial;

		<ul style="list-style-type: none"> • Confirmar o cadastro como usuários externos dos signatários no SEI (preposto e signatários); • Apoiar a Contratada disponibilização das licenças; • Assinar o Termo de Recebimento Provisório; • Fiscalizar tecnicamente o contrato; • Disponibilizar os meios de acesso ao ambiente de TIC da Susep em caso de necessidade; • Assinar o relatório técnico de fiscalização contratual.
	Fiscal Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • Participar da reunião inicial; • Realizar a fiscalização administrativa e fiscal do contrato; • Encaminhar notas fiscais para pagamento; • Verificação da manutenção das condições da Contratada nas quais o contrato foi assinado.
	Fiscal Requisitante	<ul style="list-style-type: none"> • Participar da reunião inicial; • Encaminhar Ordens de Serviço juntamente com gestor do contrato; • Assinar o Termo de Recebimento Definitivo.
Contratada	Representante legal	<ul style="list-style-type: none"> • Participar da reunião inicial; • Assinar a Ata da reunião inicial; • Cadastrar o representante legal, o preposto e os signatários externos no SEI; • Apresentar o preposto.
	Preposto	<ul style="list-style-type: none"> • Participar da reunião inicial; • Assinar a Ata da reunião inicial; • Responder pela Contratada em todos os aspectos contratuais; • Disponibilizar as licenças conforme a Ordem de Serviço recebida da Susep; • Apresentar os relatórios para o faturamento mensal; • Apresentar Notas Fiscais correspondentes às licenças; • Participar de reuniões de gestão do contrato representando a Contratada; • Garantir a aderência dos serviços e entregas aos termos da contratação.

7.2. Critérios de Aceitação

7.2.1. A Contratada deverá fornecer a totalidade das licenças.

7.2.1.1. Não serão admitidas entregas parciais.

7.2.2. Após a disponibilização das licenças, a Contratada deverá demonstrar, no ambiente da Adobe, que as licenças estão atribuídas à Susep pelo prazo de vigência de 12 (doze) meses previstos neste ato, contados do dia seguinte ao final da vigência das licenças correspondentes em produção na Susep.

7.2.3. As licenças serão consideradas entregues quando atendidos todos os requisitos previstos no item 4.

7.3. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.3.1. O Recebimento Provisório será realizado pelo Fiscal Técnico após as atividades de entrega das licenças previstas nos itens 4.10, seguindo as diretrizes abaixo.

7.3.1.1. As atividades de entrega serão acompanhadas por servidor da Susep designado, a quem caberá a certificação de que os critérios de aceitação previstos em 7.2 e os requisitos de fornecimento enumerados na seção 4 foram todos atendidos.

7.3.1.2. Para assegurar a continuidade dos serviços, a Contratada deverá estabelecer o início da vigência das licenças fornecidas como o dia seguinte ao término da vigência das licenças em operação na Susep.

7.3.1.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas nesta etapa, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3.1.4. A Contratada deverá demonstrar que as licenças estão sob a titularidade da Susep.

7.3.1.5. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes verificação dos requisitos de cada licença licitada.

7.3.1.6. O Termo de Recebimento Provisório será assinado pelo Fiscal Técnico.

7.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório das licenças, o Gestor do Contrato deverá providenciar a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega das licenças, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.3.2.2. O Termo de Recebimento Definitivo será assinado pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante.

7.3.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, conforme a Ordem de Serviço ou instrumento congênere.

7.3.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

7.3.4. O trâmite para pagamento ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Administração.

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

7.4.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.4.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.4.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.4.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

7.4.1.5. cometer fraude fiscal.

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

7.4.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.4.2.2. **Multa de:**

I - 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

VI - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.4.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.4.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

I - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4 deste Termo de Referência.

7.4.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.4.3. As sanções previstas nos subitens 7.4.2.1, 7.4.2.3, 7.4.2.4 e 7.4.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

7.4.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5. Do Pagamento

7.5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.5.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.5. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.5.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

7.5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, onde TX = Percentual da taxa anual = 6%, assim apurado:

I = (TX)

I = $(\frac{6}{100})$.

365

I = 0,00016438

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os valores abaixo representam os preços máximos esperados para esta contratação, e foram derivados de pesquisa de preços realizada junto ao Banco de Preços, Painel de Preços e mercado.

Id	Descrição	CATSER	Qtde	Unidade de medida	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo (R\$)
1	Adobe Creative Cloud for Teams All Apps (Licença de uso online por 12 meses)	27502	4	Licença	R\$ 4.687,50	R\$ 18.750,00
2	Adobe Stock for Teams (Licença de uso online por 12 meses)	27502	1	Licença	R\$ 5.589,90	R\$ 5.589,90
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 24.339,90

8.2. Os preços desta contratação estarão limitados àqueles constantes do respectivo Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas ADOBE - Versão 2.0.0, a que se refere a IN nº 01/2019 SGD art 2º, inc. XXVI.

- 8.2.1. A referida limitação de preço se aplicará apenas nos casos em que a licença ofertada pela licitante constar do Catálogo que compõe a Lista de produtos e serviços.
- 8.2.2. O teor do mencionado acordo está disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-produtos-e-servicos-adobe-1.pdf>
- 8.2.3. Tais restrições estão de acordo com a IN nº 01/2019 SGD/ME, art 9º §7º; art 27; e art 39-A, §1º.
- 8.2.4. Tal restrição se aplicará às Licenças Governamental do **Adobe Creative Cloud for teams**:
 - 8.2.4.1. Item: AD-004
 - 8.2.4.2. Categoria: Edição de imagens, vídeo, criação de página web e documentação digital
 - 8.2.4.3. Descrição: Adobe Creative Cloud – VIP Governamental – 12 meses
 - 8.2.4.4. Modelo de Licenciamento: Subscrição
 - 8.2.4.5. Tipo de Modelo de Licenciamento: VIP Teams – Governamental
 - 8.2.4.6. Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC): R\$ 4.687,50

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. As fontes orçamentárias para esta contratação são:

PTRES: 171907

Programa de Trabalho: 04122003220000001

Fonte de Recursos: 0180173039

Plano Interno: SUSEPSI2000

9.2. As licenças serão fornecidas em sua totalidade e o pagamento será único, logo após comprovada a entrega definitiva.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 10.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 48 (quarenta e oito) meses,, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, com base no artigo 57, IV, da Lei nº 8.666/1993.
- 10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.
- 10.3. Para assegurar a continuidade dos serviços, a Contratada deverá igualar o início da vigência das licenças fornecidas ao dia seguinte ao término da vigência das atuais licenças em operação na Susep.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.
- 11.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
 - 11.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
 - 11.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 11.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 11.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 11.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 11.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
 - 11.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 11.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.12. Será considerada extinta a garantia:
 - 11.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 11.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 11.14. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

12. SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida subcontratação do objeto.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO REAJUSTE DE PREÇOS

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Será concedido o reajuste dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Os valores unitários vigentes no contrato poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses de execução contratual, mediante negociações entre as partes, aplicando-se a variação ocorrida no período correspondente ao reajuste, indicada pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>).

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**15.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

15.1.1. A forma de fornecimento é **integral**: todas as licenças serão fornecidas de uma única vez.

15.1.2. O tipo de licitação é **menor preço global**.

15.1.3. A modalidade da licitação é **pregão na forma eletrônica** nos termos do art. 1º do Decreto 10.024/2019.

15.1.4. Esta licitação é **exclusiva** para vendas autorizadas da Adobe com certificação em especialização do Governo.

15.1.4.1. MEIs, EPPs ou Microempresas são inelegíveis, tal qual explicitado no item 15.3.2.3.

15.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

15.2.1. No processo de seleção do fornecedor, considerando o disposto no item 15.1.4, para a presente licitação não serão aplicáveis as disposições quanto as regras de preferência previstas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

15.3. Critérios de Qualificação Técnica e Habilitação

15.3.1. A licitante melhor classificada deverá apresentar a seguinte documentação para fins de habilitação:

15.3.1.1. **Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu, mediante venda, licenças idênticas ou similares às especificadas neste Termo de Referência.

I - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo apresentar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, ordem de compra ou de serviços, contatos da empresa contratante (e-mail, telefone etc), endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

15.3.1.2. Logo após a homologação do pregão, a licitante deverá providenciar o cadastro dos signatários e do preposto indicado como usuário-externo do SEI, o sistema de processos da Susep. A providência visa à habilitação da assinatura remota de documentos. As instruções estão disponíveis no endereço https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.

15.3.1.3. Observando a Instrução Normativa nº 05/2017 da SEGES/MPOG, artigo 10º e 12, não será admitida a contratação de sociedades cooperativas ou instituições sem fins lucrativos.

15.3.2. A presente licitação é destinada, à participação de vendas autorizadas da Adobe com certificação em Especialização em Governo.

15.3.2.1. Comprovar, em até 05 (cinco) dias úteis após a homologação da licitação, fazer parte do quadro de Revendedores Oficiais Adobe, através da apresentação da certificação "Especialização em Governo", expedida pela desenvolvedora dos softwares.

15.3.2.2. A exclusividade disposta no item 15.3.2 acima justifica-se na declaração disponibilizada pelo fabricante Adobe em sua homepage <https://spark.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/>, que afirma que a partir de 05/07/2017, tornou-se pré-requisito que somente vendas autorizadas da Adobe com Especialização em Governo poderão fornecer seus produtos ao Governo em quaisquer programas de licenciamento, sendo que qualquer negociação para aquisição de produtos Adobe com esferas governamentais que não seja realizada por uma revenda autorizada Adobe e certificada na Especialização em Governo será considerada irregular e passível de penalização.

15.3.2.3. O fabricante declara, ainda, que para obtenção da mencionada certificação exige-se dentre outros requisitos, que as vendas autorizadas sejam constituídas como sociedade limitada ou sociedade anônima, sendo assim, MEIs, EPPs ou microempresas são inelegíveis.

15.3.2.4. Desta forma, somente poderão participar do presente pregão, empresas constituídas na forma de sociedade limitada ou sociedade anônima credenciadas pela Adobe e com certificação de Especialização em Governo.

15.3.2.5. Considerando o disposto no item 15.3.2, para a presente licitação não serão aplicadas as regras de preferência previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006.

15.3.2.6. Para aceitação da proposta da licitante detentora do melhor preço será efetuada consulta ao sítio eletrônico do fabricante ADOBE na seguinte URL: <https://adobedealreg.secure.force.com/PartnerSearch?lang=en>, com vista a comprovar a certificação em Especialização em Governo.

15.4. Proposta comercial

- 15.4.1. O Anexo 1 traz o modelo de proposta comercial que deverá ser apresentado pela licitante com melhor lance.
- 15.4.2. A licitante deverá preencher o Anexo 2 - Dados dos signatários do contrato e do preposto e enviá-lo juntamente com a proposta comercial.

16. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E APROVAÇÃO

- 16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi referenciada no DOD (1154031) e instituída pelo documento 1159923.
- 16.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.
- 16.3. Assinarão este documento titulares da Equipe de Planejamento e, caso haja impossibilidade, seus respectivos substitutos.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Função	Nome	Matrícula
Integrante Requisitante	Mônica Japiassú Matos da Silva	1818502
Integrante Requisitante Substituto	Flávio Vasconcelos Andrade	1818445
Integrante Técnico	Bianca Ribeiro Esteves	3189391
Integrante Técnico Substituto	Leandro Martins das Neves	1958694
Integrante Administrativo	Rafael Quaresma de Melo	2541303
Integrante Administrativo Substituto	André Batistuzzo	1958552

17. ANEXOS A ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

- Anexo 1 – Proposta Comercial;
- Anexo 2 – Dados dos signatários e do preposto;
- Anexo 3 – Carta de Preposição.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA JAPIASSU MATOS DA SILVA (MATRÍCULA 1818502)**, Analista Técnico da SUSEP, em 12/11/2021, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ BATISTUZZO (MATRÍCULA 1958552)**, Analista Técnico da SUSEP, em 12/11/2021, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA RIBEIRO ESTEVES (MATRÍCULA 3189391)**, Analista - BBTS, em exercício na SUSEP, em 12/11/2021, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1171422** e o código CRC **29DA80C6**.